



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Vieira Ferrarini, Adriane; Adams, Telmo

A educação popular na formação de trabalhadores da economia solidária: avanços
políticos e desafios pedagógicos

Ciências Sociais Unisinos, vol. 51, núm. 2, mayo-agosto, 2015, pp. 212-221

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93841498012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A educação popular na formação de trabalhadores da economia solidária: avanços políticos e desafios pedagógicos

Popular education in the training of solidarity economy workers:
Political developments and pedagogical challenges

Adriane Vieira Ferrarini¹
adrianevf@unisinos.br

Telmo Adams¹
telmoa@unisinos.br

Resumo

O artigo provém de pesquisa sobre o modo como os princípios e os métodos da educação popular, consensuais no âmbito do discurso instituído, se expressam nas práticas de formação em economia solidária no Rio Grande do Sul. A pesquisa empírica foi realizada através de entrevistas com agentes de quatro entidades de formação representativas, bem como observação participante, sociopoética e entrevistas com trabalhadores vinculados ao Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sul do Brasil, política pública implementada pela Unisinos no período de 2009 a 2012. Os resultados demonstraram avanços políticos, mas também desafios ao exercício democrático da educação popular, o qual exige a ruptura com a hierarquização de saberes e de papéis em meio a contextos, procedimentos e instrumentos tradicionais. Tais desafios expressam-se através de condições concretas (recursos insuficientes e editais que, apesar de expressarem uma conquista cidadã, delimitam prazos e conteúdos) e subjetivas (diferentes concepções de economia solidária que acionam opções metodológicas diversas de formação e heranças político-pedagógicas conservadoras). Propostas de superação giraram em torno de uma maior participação dos trabalhadores na formação e de flexibilização dos editais. As contradições só confirmaram que a educação popular é um processo que a todos desafia, tendo a utopia de construção de formas mais democráticas e solidárias de produzir e de viver como ponto comum e ideal que unifica. Não há fórmula nem receitas na educação popular, mas respostas construídas no permanente diálogo entre as diferenças, no enfrentamento às contradições e na recriação de práticas e estruturas.

Palavras-chave: economia solidária, educação popular, política pública.

Abstract

The article is a result of a research on how the principles and methods of the popular education – a consensus within the established discourse – are expressed in training practices in the solidarity economy in Rio Grande do Sul. The empirical research was conducted through interviews with agents from four representative entities of training and participant observation, sociopoetics and interviews with workers who participated in the Solidarity Economy Training Centre of South Brazil, a public policy implemented by Unisinos in the period of 2009–2012. The results showed political advances but also challenges to the democratic exercise of popular education, which requires a break with the hierarchy of knowledge and roles amid traditional contexts, procedures and instruments. These challenges are expressed through concrete conditions (insufficient resources and edicts that delimit deadlines and content – despite being a citizen achievement) and subjective

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil.

(different conceptions of solidarity economy that trigger various methodological training options and conservative political-pedagogical legacies). Proposals revolved around increased participation of workers in training and easing of the edicts. The contradictions only confirmed that popular education is a process that challenges all people involved, with the utopia of building more democratic and supportive ways of producing and living as a point in common and unifying ideal. There is no formula or recipes in popular education, but constructed responses in ongoing dialogue across differences in dealing with contradictions and recreating practices and structures.

Keywords: *solidarity economy, popular education, public policy.*

Introdução

Os empreendimentos de economia solidária (EES) proliferaram-se no Brasil nas três últimas décadas e passaram a apresentar crescentes e complexas demandas no campo da formação, tanto no âmbito técnico-gerencial quanto no político-pedagógico, as quais não vinham sendo atendidas pelas políticas tradicionais de apoio, predominantemente voltadas a empreendedores individuais. Destaca-se, dentre as principais demandas e desafios, a necessidade de maior articulação dos formadores entre si, para com os trabalhadores e entre diferentes políticas e ações setoriais, assim como a insuficiência de reflexão e de produção teórico-metodológica.

A formação entrou na agenda política através da Plataforma da Economia Solidária, cuja construção foi iniciada na 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária realizada em dezembro de 2000, até chegar à versão atual, que é resultado da 3ª Plenária Nacional, a mesma que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Essas iniciativas foram fundamentais para subsidiar os debates sobre a formação em economia solidária durante a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em 2006, em Brasília. Ela mobilizou mais de 15 mil pessoas em suas etapas preparatórias (estaduais e microrregionais) e 1.200 pessoas na etapa nacional. Como um dos resultados, no ano de 2006, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) deu início à criação dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), importante estratégia da Política Nacional de Formação em Economia Solidária, os quais foram concebidos e executados com estreita participação dos múltiplos atores sociais envolvidos, representados através do FBES (Ferrarini, 2011).

A formação em economia solidária reconhece a centralidade do trabalho na construção do conhecimento, encontrando na educação popular uma metodologia que viabiliza a legitimação e a articulação dos múltiplos saberes, de forma coletiva e democrática. Neste texto, é discutida em que medida e de que forma os princípios e métodos da educação popular – consensuais no âmbito discursivo – estão presentes na construção das relações pedagógicas e na produção de conhecimento no campo da formação em economia solidária no Rio Grande do Sul.

A produção dos dados empíricos aqui apresentados é resultante de pesquisa sobre sujeitos, saberes e práticas de for-

mação em economia solidária que se valeu da experiência inovadora de implementação de política pública de formação de formadores por meio da parceria entre governo e universidade, no caso, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), que foi a instituição gestora do CFES/Sul no período de 2009 a 2012. Os instrumentos utilizados foram: observações participantes em eventos do movimento de economia solidária e do CFES/Sul (implementado nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), grupo focal e entrevistas individuais semiestruturadas com trabalhadores e com formadores em economia solidária.

Na primeira parte do texto, serão discutidos os fundamentos históricos e teóricos da educação popular como perspectiva pedagógica latino-americana forjada em profunda interação com o contexto histórico e político do continente. Ao expressar uma forma de resistência e de protagonismo, a educação popular articula-se também às lutas contra o desemprego e o empobrecimento, vinculando-se ao campo das experiências produtivas da economia solidária e a seus processos de formação e produção de conhecimento.

A segunda parte apresenta a análise de experiências formativas em economia solidária no Rio Grande do Sul (RS), a qual se apresenta como campo bastante heterogêneo, mediado pela presença definidora da política pública como principal – senão exclusiva – forma de financiamento e de viabilização da formação na atualidade. Além da presença do Estado como ator fundamental, mostra-se relevante na análise das experiências de formação o fato de as entidades de apoio e fomento (EAFs) possuírem diferentes concepções de Economia Solidária, as quais interferem diretamente na escolha ou priorização de determinadas metodologias ou instrumentos. Por fim, os trabalhadores – atores privilegiados, tanto na construção de novas formas econômicas produtivas quanto razão de ser da proposta emancipatória da educação popular – apresentam suas expectativas, críticas e proposições para a democratização de práticas e saberes.

Economia solidária e educação popular: trajetórias que se encontram

A educação assume diferentes conceitos, significados e intencionalidades ao longo da história ocidental recente, com predomínio de uma perspectiva iluminista que a considera como

caminho para segmentos populacionais excluídos tornarem-se cidadãos ou serem incorporados ao processo civilizatório. Dentre inúmeros questionamentos a concepções e práticas educativas canônicas, começa e emerge, a partir dos anos de 1940 e em diversos países da América Latina, uma concepção de educação de caráter nacionalista e democrático que valoriza as culturas populares e a capacidade criativa do povo. José Martí (2007) e Simón Rodríguez (1975) lhe atribuíram o termo "educação popular", reconhecidamente a mais original e significativa produção pedagógica latino-americana.

No Brasil, a educação popular teve início na década de 1950, quando Paulo Freire iniciou suas experiências pedagógicas (Torres, 2008). No ano de 1961, constituiu-se um laboratório de práticas – o Movimento de Educação de Base (MEB) – viabilizado por meio de um convênio entre o Governo Federal Brasileiro e a Conferência Episcopal Brasileira. Aos poucos, o trabalho educativo desenvolvido nas comunidades assumia as características de uma educação popular. A experiência fortaleceu-se com os círculos de cultura e todo o movimento de cultura popular na região nordeste do Brasil.

A consolidação dos fundamentos da educação popular não pode ser compreendida independentemente do contexto de ditaduras militares e de luta contra elas, sendo propositora de um projeto político alternativo de sociedade. Inclusive, foi durante o exílio no Chile que Paulo Freire sistematizou obras basilares, a saber: "A Educação como Prática da Liberdade" e "Pedagogia do Oprimido" (Argüelo, 2006). A educação popular objetiva que educadores e educandos aprendam a ler a realidade para escrever sua história. Em outras palavras, trata-se de compreender criticamente seu mundo e atuar para transformá-lo, como realidade em processo (Torres, 2008). Essa ideia confere à educação o caráter político que lhe é intrínseco, associado, ainda, ao sentido do "popular" como "processo que busca superar as relações de domínio, de opressão, de discriminação, de exploração, de desigualdade e exclusão" (Jara, 2006, p. 236).

Freire também agregou a centralidade do diálogo, a dimensão da esperança e o cultivo da utopia de que o mundo pode ser transformado (Adams, 2010). A reflexão conduz à prática, sem dicotomia entre ambas. Porém, essa dinâmica da *práxis* é sempre contraditória, pois ocorre em contextos de vida e de produção marcados por disputas de interesses e de poder. Em decorrência, ela constitui-se em um fenômeno dialético vinculado à (re)produção social, como produto e produtora da sociedade (Gadotti, 1993).

Na perspectiva freiriana, a *práxis* transformadora acontece através de mediações pedagógicas como relações sociais de interação ou conflito, provocadas por condições objetivas que podem ser potencializadas por meio da problematização e do diálogo crítico.

[...] la Educación Popular puede hoy entenderse como un conjunto de actores, prácticas y discursos que se identifican en torno a unas ideas centrales: su posicionamiento crítico frente al sistema social imperante, su orientación ética y política

ca emancipadora, su opción con los sectores y movimientos populares, su intención de contribuir a que éstos se constituyan en sujetos a partir del ensanchamiento de su conciencia y subjetividad, y por la utilización de métodos participativos, dialógicos y críticos (Torres, 2008, p. 76).

Mariátegui foi ainda mais longe ao defender uma pedagogia popular latino-americana que tivesse a realidade e a cultura indígenas como pontos de partida (Pericás e Mariátegui, 2010). A educação popular, como fenômeno sociocultural carregado de militância e utopia, se compõe por uma multiplicidade de práticas e propostas teórico-metodológicas com características diversas e complexas, mas que tem em comum a intencionalidade transformadora (Jara, 2006). Ainda assim, ela não tem uma metodologia pronta ou cartilha a ser seguida.

Atualmente, a variedade de experiências do campo da educação popular pode ser associada a duas grandes correntes: a que se aproxima da dimensão prática (radicalizando a perspectiva política de inspiração marxista) e aquela que tem enfatizado mais a dimensão pedagógica. Nessa tensão histórica entre as duas ênfases, pode-se apontar uma possível unidade dialética entre o político e o pedagógico como algo constitutivo da identidade da educação popular, tendo como horizonte a emancipação dos setores subalternos da sociedade. Isso implica uma dupla via: politizar as práticas educativas com uma intencionalidade transformadora e pedagogizar a política, transformando-a em ação organizada, sobretudo dos movimentos sociais populares, em espaços educativos por meio da potencialização das suas mediações pedagógicas (Torres, 2008; Adams, 2010).

O compromisso da educação popular para com os excluídos em sua luta cotidiana pela subsistência a levou a valorizar a dimensão produtiva da vida, reconhecendo o trabalho como via de libertação e autonomia. Na América Latina, a principal e mais inovadora experiência de modos alternativos de produção protagonizada por segmentos excluídos social e economicamente emerge sob a égide da economia solidária a partir da década de 1980. Experiências de geração de trabalho e renda, caracterizadas pela construção de novas relações sociais de produção por meio do trabalho associado e autogestionário, surgiram como células que se multiplicaram e conduziram ao que se denominou como economia solidária.

Com isso, educação popular e economia solidária desenvolveram trajetórias convergentes e complementares. A educação popular encontrou na economia solidária um novo e peculiar espaço de potencialização do trabalho como princípio educativo para a vida e para a cidadania. A economia solidária, por sua vez, devido à sua perspectiva autogestionária e emancipatória, não poderia se coadunar com concepções educativas tradicionais e verticalizadas, encontrando ressonância e respostas nos métodos e ações da educação popular.

O diálogo dessas duas práticas dialógicas – a economia solidária e a educação popular – não só está atravessado pelos mesmos valores éticos e políticos, mas também por uma cumplicidade estreita em relação a seus objetivos: a economia

solidária necessita construir conhecimento para viabilizar-se como alternativa econômica dos setores populares; a educação popular precisa apontar para ações concretas que permitam aos setores populares experimentarem práticas autônomas de inserção social (Cruz e Guerra, 2009, p. 7).

Razeto (1999; Razeto *et al.*, 1990) reconheceu o vasto campo da economia popular, inicialmente no Chile, como fenômeno composto por iniciativas heterogêneas ligadas aos setores populares: pequenas oficinas e negócios de caráter individual, familiar, microempresas individuais ou pequenas sociedades, formalizadas ou informais. A partir daí formulou um conceito teórico mais ampliado de economia solidária (ECOSOL), que chamou, inicialmente, de economia de solidariedade, para dar conta de um conjunto significativo de experiências econômicas no campo da produção, comércio, financiamento, serviços, consumo e etc.

As iniciativas econômicas solidárias são mobilizadas pelo "fator C"², apresentando as seguintes características: (a) desenvolvem-se entre os pobres da cidade e do campo; (b) organizam-se em grupos, de forma associativa e com certo grau de estruturação, mesmo não formalizadas; (c) propõem-se a enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas (alimentação, moradia, saúde, educação, trabalho, rendimentos, poupanças e etc.); (d) buscam valorizar as próprias capacidades e recursos em vista da conquista de crescente autonomia; (e) cultivam relações e valores solidários de ajuda mútua, cooperação, comunidade ou solidariedade; (f) assumem a prática participativa, democrática e autogestionária como horizonte, tanto na gestão como na destinação dos resultados econômicos; (g) não se restringem a um só tipo de atividade, mas tendem a combinar, de maneira integrada, atividades econômicas, sociais, educativas, de desenvolvimento pessoal e grupal, de solidariedade e, às vezes, de ação política (Razeto *et al.*, 1990).

No Brasil, as pesquisas desenvolvidas por Gaiger (2009) a partir de 1990 reconheceram um conjunto de experiências de caráter econômico que se constituíram no germe do que se consolidou como economia solidária. O Rio Grande do Sul, especificamente, é um estado com tradição em processos de produção associativa e cooperada, os quais emergiram como alternativa de trabalhadores urbanos no enfrentamento ao desemprego e de pequenos produtores rurais frente à alta competitividade da agricultura mecanizada nos latifúndios.

Além da mobilização em torno da necessidade premente de subsistência, foram identificados outros fatores que constituíram o terreno fértil para a emergência e consolidação do associativismo, tais como: (1) culturais, devido a imigrantes poloneses, alemães e italianos que transmitiram às gerações seguintes a importância das tradições agregadoras e das práticas coletivas; (2) religiosos, por meio de tradições pautadas na

ética cristã, que estimularam os valores de bem comum e da solidariedade; (3) familiares, graças às relações de proximidade de famílias geralmente numerosas, que constituíram vínculos com base nos processos de ajuda mútua e de reciprocidade e (4) políticos, devido à politização do meio rural ocorrida a partir dos anos 1970, estimulada por organizações que incorporaram o discurso anticapitalista e incentivaram a construção de alternativas associativas e solidárias, tais como a Central Única de Trabalhadores (CUT), o Movimento de Mulheres e o Partido dos Trabalhadores (PT) (Ferrarini e Veronese, 2010, p. 144).

As EAFs tiveram importante papel para o fortalecimento dos processos produtivos, políticos e sócio-organizativos da economia solidária. Para tanto, foi fundamental a participação de educadores(as), pesquisadores(as) de instituições universitárias, organizações não governamentais (ONGs), sindicatos, movimentos sociais e entidades religiosas (Adams, 2010).

No campo da formação em economia solidária, a educação popular permanece sendo referida como perspectiva político-pedagógica compatível com as necessidades políticas e técnicas dos trabalhadores (CONAES, 2006; FBES, 2008; SENAES, 2005, 2007). Além disso, o exercício de uma prática econômica fundada na ética da solidariedade e da sustentabilidade demanda perspectivas educativas capazes de promover a constituição de sujeitos políticos históricos coletivamente organizados e subjetivamente empoderados (Cruz e Guerra, 2009).

No entanto, em contexto societário marcado por processos de produção e trabalho capitalistas permeados pela lógica individualista do mercado competitivo, bem como por práticas pedagógicas verticalizadas e tradicionais, não seria usual que processos produtivos e educativos de cunho democrático e solidário emergissem de forma espontânea ou se fortalecessem sem enfrentar tensões, resistências e contradições. É na relação entre teoria e prática e nas experimentações em contextos históricos concretos que as práticas emancipatórias ganham vida e mobilizam os supostos de suas perspectivas teórico-metodológicas.

Contextos, discursos e práticas das entidades de formação

Na busca pelo protagonismo dos sujeitos envolvidos e pela criação de práticas e saberes democráticos e solidários, as experiências de formação em economia solidária no Rio Grande do Sul revelaram a existência de um conjunto vivo e dinâmico de metodologias, discursos e significados. Tal conjunto foi desvelado através de pesquisa realizada com quatro entidades de formação do Rio Grande do Sul – as quais podem ser consideradas representativas do campo da formação³ – e com um grupo variado de

² Razeto (1999) o denomina "fator C" porque coincide com a letra inicial, em vários idiomas: cooperação, comunidade, colaboração, coordenação, coletividade e comunicação. Enquanto, na economia convencional, os fatores econômicos são integrados e submetidos ao capital, na economia solidária o processo produtivo desencadeia e, ao mesmo tempo, fortalece o "fator C".

³ Não foram incluídas as incubadoras ligadas às universidades nesta pesquisa.

formadores e trabalhadores da economia solidária participantes do CFES/Sul (período 2010-2012). As referidas entidades de formação se caracterizam como iniciativas de indivíduos e grupos vinculados ao campo democrático e popular – principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT), de movimentos sociais e de alas progressistas da Igreja Católica. Ressalta-se que os últimos anos foram marcados pela forte presença da política pública na formação, o que teve implicações no surgimento de novas entidades e práticas.

Os sujeitos da pesquisa revelaram, no nível discursivo, um consenso acerca da pertinência da educação popular na formação em economia solidária. Já, no âmbito das práticas, evidenciou-se uma heterogeneidade de concepções acerca da educação e da economia solidária, bem como de formatos organizacionais e operacionais das EAFs, os quais repercutem nas práticas formativas e na priorização de certas metodologias, objetivos e procedimentos.

Em primeiro lugar, as concepções acerca da economia solidária podem ser descritas em um espectro que se convencionou definir como variante entre uma visão mais pragmática até a mais idealista, conforme a Figura 1.

Porém, cabe destacar duas observações: esses extremos não são estanques e ainda se pode considerar a existência de uma visão “intermediária” (que parece combinar as duas concepções de forma mais integrada), a qual expressaria melhor o perfil das entidades 2 e 3.

A entidade com viés mais pragmático enfatiza a dimensão produtiva e de infraestrutura como fundamental para a consolidação da economia solidária. Essa concepção parte de uma crítica à eficiência e ao desempenho econômico dos empreendimentos.

A Economia Solidária não sai da cozinha nem do banheiro. Ela estacionou ali, e com pouca arte. Tu vai comprar por solidariedade. Compra, mas não usa, tu esconde, deixa ali. Eu estou falando coisas da vida real. A Economia Solidária precisa contemplar esse contexto e se projetar. A gente tem que ter ousa-

dia e a ousadia precisa criticar o que a gente pensa, aprender com o mercado e criticar o que a gente fez. Criticar no sentido de que foi interessante, foi fundamental, ajudou a manter o movimento e tal, mas isso não dá mais conta (EAF 2).

A diversidade de perspectivas acerca da economia solidária aciona metodologias igualmente variadas e interfere no tipo de formação ofertada.

Se ela [economia solidária] tem que ser dotada de condições de disputa real, então, nós não podemos imaginar uma formação que não esteja vinculada a esse processo de disputa real do processo econômico-social-político. Desde o nosso início, a gente sempre procurou associar o nosso processo de formação aos processos de constituição concreta de unidades de trabalho, de unidades de produção, ou seja, tentando se afastar o máximo possível, tanto da ideia da formação do atacado quanto da assessoria técnica (EAF 1).

A principal estratégia metodológica referida consiste na articulação de sujeitos, recursos e contextos:

A gente está formatando agora complexos de economia solidária, onde a gente deve concentrar todas as ações, as transversalidades, as políticas públicas, os territórios e as cadeias num complexo, ou seja, o processo tem que ter uma determinada concentração e um determinado processo de longo prazo, aí nós vamos ter resultados (EAF 1).

Contudo, a busca por estratégias mercadológicas e diferenciais competitivos não deixa de considerar o projeto político e societário do qual a economia solidária é signatária.

A Economia Solidária [...] é, ao mesmo tempo, uma experiência revolucionária para as pessoas envolvidas e as relações sociais que elas estabelecem, e também é uma experimentação de um projeto de sociedade diferente. Nós não podemos enxergar a Economia Solidária como uma atividade que tende a ser uma atividade marginal e pura, a ser o mais límpida possível e dife-

*1 + pragmáticas (visão estratégica)	*2	*3	*4 + idealistas (visão substantiva)
Economia solidária como projeto econômico em disputa pelo mercado com as empresas e corporações capitalistas através do aumento significativo de sua capacidade e escala, qualificação de produtos e serviço e uso de tecnologia de ponta.			Economia solidária como meio para o desenvolvimento. A inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade são os aspectos mais importantes.

Figura 1. Heterogeneidade de concepções das EAFs.

Figure 1. Heterogeneity of supporting and promoting organizations' conceptions.

rente da sociedade que a gente vive. A nossa ideia é justamente o contrário, ela precisa constituir força social, econômica e política, ou seja, ela precisa massificar-se junto à população, junto aos moldes econômicos, políticos e sociais que a gente vive hoje para se transformar numa alternativa real, que as pessoas realmente pratiquem e achem que seja melhor a ponto de lutar por ela [...] (EAF 1).

O que parece mudar é o entendimento de que, nesse momento, tendo se consolidado como movimento político com identidade relativamente clara, a ênfase deve ser dada à necessidade de sobreviver em meio ao contexto capitalista altamente concorrencial para a própria viabilidade prática da economia solidária como alternativa política e econômica na sociedade. Tal concepção contrasta com a das EAFs portadoras de uma visão dita idealista: "O nosso trabalho é mais no sentido de animar, ajudar a organizar o processo da formação desses grupos, num aspecto mais de relações do que na realidade, resgatando todo esse aspecto do solidário, da importância da convivência em grupo" (EAF 4). O fortalecimento de um projeto ético-político de sociedade pautado na solidariedade e na sustentabilidade é priorizado na própria compreensão da eficiência.

Os grupos, então, são instrumentos. Pega um grupo de mães lá, bom, não é especificamente um grupo de pesca que trabalha a semana inteira, que produz [...] o importante nessa questão não é necessariamente se ela [a mãe] fez o acolchoado e levou pra casa, mas trabalhar questões, por exemplo, de gênero. Não é a formação do grupo enquanto grupo produtivo que vai se especializar. Se um grupo está formado, ele não vai precisar só se dar bem, tem que ter uma relação transparente (EAF 4).

A ideia implícita remete para um suposto teórico do economista Amartya Sen, para quem o desenvolvimento e a produção de riquezas são meios ou instrumentos para a expansão de liberdades e de capacidades dos seres humanos, e não finalidade em si mesmo. No entanto, apesar de o componente estratégico não ser central, isso não significa que uma visão mais idealista o desconsidere: "O agente vai tentar orientar o que o grupo precisa, onde vai buscar". (EAF 4).

Numa perspectiva considerada intermediária, aparece de forma mais clara a combinação de concepções e de metodologias: "A gente não tem uma posição de tipo "economia solidária e diga não a todo o resto" (EAF 3). Tal perspectiva se reflete em estratégias metodológicas mais plurais ou integradoras:

A gente fez uma parceria com um banco do mercado formal tentando modificar aquela metodologia pra linguagem [da economia solidária], porque a gente entende que é necessário, sim, utilizar ferramentas do outro mundo, aperfeiçoar para poder qualificar. A gente entende que isso é necessário e nem por isso a gente deixa de ser economia solidária, nem por isso a gente deixa os princípios de lado. Esse ano a gente está trabalhando uma metodologia com eles. Em cada encontro se tem um princípio da economia solidária pra estar trabalhando. Agora em março a gente trabalhou a autogestão, que é algo bem participativo. Nada muito inovador, totalmente simples,

roda de conversa, tarjetas, símbolos, bem educação popular, que é uma base nossa (EAF 3).

Um viés que combina elementos estratégicos e políticos de forma mais explícita também expressa as contradições e os desafios de transitar entre o desenvolvimento de eficiência econômica em meio a disputas de mercado e à construção de relações solidárias e autogestionárias.

Se não tiver financiamento não vai. [...] A gente está atuando ali com essas contradições, está fazendo uma aposta via tecnologia, via relações com a empresa privada. [...] Onde está dando negócio? Onde que as pessoas ganham dinheiro? Ai tu organiza o empreendimento naquilo que está dando dinheiro. É provocativo, tu entende, mas é pra causar um choque. Áááá, mas a Economia Solidária não visa lucro... (EAF 2).

Por um lado, há a intenção de valorizar a economia solidária como alternativa acessível a um conjunto maior da população e economicamente viável. Por outro lado, experiências históricas têm evidenciado a associação do crescimento com perda de princípios democráticos e solidários. Não por acaso, o expansionismo produtivista ilimitado se encontra na gênese do sistema capitalista do qual a economia solidária se diferencia ao valorizar o ser humano e a natureza em detrimento do lucro, já que a obtenção deste tem se valido da exteriorização de custos ambientais e sociais. Esse debate instiga algumas problematizações: construir uma contra-hegemonia – tal como preconizam segmentos da economia solidária – a partir da lógica hegemônica do crescimento seria viável ou desejável? Seria possível focar no crescimento com vigilância epistemológica e ética para que não se sucumba à tentação da "acumulação gananciosa"?

É nesse terreno contraditório em que os desafios cotidianos de educar para a autogestão e fortalecer um projeto socioeconômico democrático e contra-hegemônico se manifestam. A comercialização é tida como ponto mais nevrálgico da atividade econômica que catalisa essa contradição, tanto pelos formadores quanto pelos trabalhadores entrevistados: "A gente entende o grito deles, de 'precisamos comercializar, precisamos nos sustentar'. Então, o que está faltando pra essa comercialização e qual é a diferença da comercialização do empreendimento solidário para a da empresa?" (EAF 3).

Na tentativa de responder no campo da formação a essa necessidade de articulação entre vivências e sentidos econômicos e políticos, é comum que entidades e mesmo os trabalhadores em seus espaços de atuação e formação (como nos fóruns) condicionem a comercialização nas feiras a certas regras de participação. A esse respeito, uma das formadoras referiu que há grupos que desrespeitam as regras e contratam pessoas para ficar nas feiras: "Teve situações complicadíssimas, de [trabalhador] gritar dentro do espaço da feira, de desrespeitar a entidade. Aí, uma hora a entidade é maravilhosa, quando dá alguma coisa, na hora que a entidade cobra, a entidade é ruim" (EAF 3).

A formação é feita nesse cotidiano contraditório e desafiador, no "aprender fazendo" e no "fazer aprendendo", sem

receitas prontas e suscetível a todos os tipos de experiências e descobertas. A formação extrapola os espaços e as práticas formais e passa a acontecer nas atividades diversas do trabalho associado e autogestionário, constituindo-se como desafio para trabalhadores e formadores na sua inserção laboral e cidadã na sociedade. Na economia solidária, a dimensão produtiva da educação, claramente, é requisitada a coadunar-se com as dimensões políticas, culturais, éticas, corporais e psicoafetivas.

No processo coletivo de gestão do trabalho que trabalhadores/as experimentam no seu empreendimento solidário, oportuniza-se a mudança do *ethos* pela mediação da atividade do trabalho associado (Adams, 2010). O que se explicita nos discursos dos formadores não é necessariamente a maior ou menor presença de princípios da educação popular, mas a permanente tensão entre sua dimensão prática (produtiva, neste caso) e pedagógica (ligada ao projeto político), assim como a tentativa de articulá-las no âmbito da formação.

Outro componente importante são os *formatos organizacionais* das EAFs, os quais demonstraram ter uma relação direta com seu viés conceitual e metodológico. As duas entidades, cuja criação é mais recente, são aquelas que estão no momento oferecendo formação e assessoria direta aos empreendimentos econômicos solidários. Isso porque atuam através da captação de recursos por editais das políticas públicas. As outras EAFs mantêm atividades de formação de caráter educativo e comunitário ou voltado à sensibilização e ao fomento à criação de empreendimentos. Há um descontentamento dessas EAFs pela falta de acesso aos editais.

A demanda prioritária é recurso, porque [os projetos] hoje são com recurso federal. Hoje a gente quase não tem nada [...] A Dilma criou o Pacto Federativo. Nenhum recurso mais vem pra entidade, todos os recursos são via Prefeitura. Até então nós tínhamos a cooperação internacional e está indo embora. Seria importante, eu acho, a gente poder contar com um corpo de pessoas contratadas, não só com o voluntariado (EAF 4).

Nesses casos, parece não ter havido um reordenamento de gestão para que a EAF passasse a operar através de editais, identificando-se uma continuidade do modo de funcionamento de captação de recursos internacionais, cenário em transformação e extinção: "Não vem mais, eles [organismos internacionais] disseram que a Dilma é que está passando dinheiro para a Europa" (EAF 4).

Paira uma ambiguidade sobre a questão dos editais. Por um lado, eles são desejados e expressam uma conquista cidadã pela democratização e transparência da política pública, pautada e conquistada pelo próprio movimento de economia solidária. Por outro lado, segundo relatos dos entrevistados, as regras e as condições dos editais engessam a formação, pois pré-determinam os objetivos, os conteúdos e o tempo de execução, o que resulta em limites ou pode vir a ser incompatível com a perspectiva da educação popular. De modo geral, as EAFs, bem como os participantes do CFES/Sul, afirmam trabalhar sob os

princípios da educação popular, mas admitem que muitas vezes não há tempo ou condições para um trabalho mais participativo, apesar de procurarem sempre considerar as necessidades dos empreendimentos.

A voz dos trabalhadores

Os trabalhadores sujeitos da pesquisa foram mais enfáticos ao referirem um conjunto de insatisfações com relação à formação em economia solidária, sendo a principal crítica relativa ao fato de ela já vir formatada. "Eu nem sei quantos cursos de diagnóstico eu já recebi". Os trabalhadores ressaltam que sua real necessidade – ou seu "calcanhar de Aquiles", conforme nomearam – sequer é escutada: "O formador pergunta: 'ááá, o que tu precisa?' Eu dou uma lista. Ai, as pessoas (formadores) dizem assim: 'pois é... mas elas vão pra lista do que elas querem me dar, não daquilo que eu tô pedindo...'" (trabalhadora 2). Os trabalhadores afirmaram que gostariam de ter solução para seus problemas prementes, que são diversos, podendo ir desde algo bem pontual (tal como resolver um problema de caixa ou melhorar um produto), até conflitos de relacionamento e liderança.

Nesse hiato entre expectativas e necessidades dos empreendimentos e oferta de formação das EAFs, outros dois pontos foram relatados. O primeiro se refere à atitude dos formadores: "Os formadores trazem as coisas prontas, os conteúdos e os objetivos formatados, linguagem catedrática [...] dão liberdade, mas é no espaço deles, se tu pensa demais, eles te cortam" (trabalhador 3).

O segundo diz respeito aos tempos da EAF e dos empreendimentos, que são diferentes: "Os empreendimentos têm necessidades que são para ontem, mas a EAF não pode se adaptar" (trabalhador 2).

Parte dessas *limitações político-pedagógicas* também foi referida pelos trabalhadores ao funcionamento por meio de editais, o qual também leva à ocorrência de *distorções operacionais* no esforço de algumas EAFs para acessar recursos, atender metas e promover a formação: "Se o empreendimento está indo bem, ele é computado como atendido, mas muitas vezes não chega a ser visitado". Ou ainda: "Selecionam os empreendimentos que não precisam realmente de muita ajuda, pois eles dão menos trabalho" (4). Outro procedimento referido é passar lista de presença em atividades como fóruns, por exemplo, com a intenção de computar como atendimento da EAF. Para os trabalhadores, em parte, isso também é estimulado pelo modismo que a economia solidária gerou e que acabou por atrair pessoas interessadas nos recursos disponíveis, mas muitas vezes sem uma trajetória de identificação com o movimento de economia solidária.

Houve também uma crítica quanto à falta de acesso dos trabalhadores ao conhecimento acadêmico sobre economia solidária: "A academia é complicada porque ela tem que socializar e não chega às vezes na base, em quem precisa. Há um distanciamento da academia quando pessoas [pesquisadores] não têm experiência do movimento" (trabalhador 3). Além disso, há

insatisfação geral dos trabalhadores quanto à frágil ou inexistente devolução de pesquisas realizadas nos empreendimentos, sendo que o acesso ao conhecimento que eles mesmos ajudaram a gerar também é compreendido como dimensão da formação.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores trouxeram uma *autocrítica* no sentido de que também esperam as coisas prontas, o que foi corroborado por falas dos formadores: "As pessoas esperam entrar e receber aula [...]. Nosso país sempre teve perfil de assistencialismo, métodos pedagógicos arcaicos" (trabalhador 2). Além disso, "muitos só valorizam a EAF quando fornece recurso material (uma prensa, por exemplo). Ou ainda: "se não for explicitado que vai ter um retorno financeiro, ninguém levanta a mão" (trabalhador 5). Esse argumento vem ao encontro da fala de uma entidade acerca da valorização dos recursos materiais por parte do EES.

Outro elemento que pode ser considerado como autocrítica refere-se à identificação de uma relação de dependência do trabalhador para com a liderança do empreendimento e com o formador. Muitas vezes os trabalhadores não querem se envolver em atividades de formação e isso contribui para a concentração de saber e de poder na liderança e na dificuldade do grupo pensar por si e tomar decisões, vindo a prescindir do formador, em um caminho de construção de sua autonomia. Mais uma vez, fica evidente a corresponsabilidade dos atores envolvidos nesse processo.

Corresponsabilidade, construção conjunta e inter-relação são elementos que perpassam qualquer princípio e prática de educação popular como perspectiva político-pedagógica crítica e emancipadora. Para Gadotti e Gutiérrez (1993), a própria efetivação da educação popular passa pela redefinição do lugar do educador e do educando. A educação para a economia solidária só pode ser aquela que começa por negar que os papéis de educador e de educando sejam desempenhados sempre pelas mesmas pessoas. "Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (Freire, 1983, p. 139). Indo além, isso significaria que o trabalhador se reconhecesse e fosse reconhecido como educador através do saber que ele produz – e que lhe é legítimo – no cotidiano do trabalho associado e autogestionário e da prática política, podendo também desenvolver atividades educativas em espaços convencionais.

Esse não é um processo simples nem imediato. Do ponto de vista das condições materiais, um obstáculo evidenciado na pesquisa refere-se ao fato de que o trabalhador, para participar de um curso ou para exercer uma atividade de formação, precisa afastar-se de sua atividade produtiva sem os recursos necessários à sua subsistência. A política pública, as organizações e o próprio movimento ainda não incentivam ou viabilizam satisfatoriamente uma forma de remuneração para os trabalhadores serem formadores e participarem das formações. A participação

em atividades formativas costuma valer-se de uma dedicação voluntária, mesmo quando os trabalhadores ministram palestras ou capacitações ou participam de debates ligados à formação em espaços diversos. Esse foi um dos tensionamentos enfatizados pelos participantes do CFEs/Sul, em Santa Catarina. Os educadores de empreendimentos, que têm neste trabalho sua fonte principal de sobrevivência, como vão se dedicar à formação? Quem compensa as horas não trabalhadas na produção? Pensar esse processo como um trabalho voluntário destoa da proposta de tornar essa ação uma política pública continuada.

Quanto às condições imateriais ou subjetivas, há dificuldade de reconhecimento e de vivência da educação popular como método pedagógico legítimo, tanto por parte dos trabalhadores quanto dos formadores, dada a interiorização do conhecimento científico e dos métodos tradicionais de ensino: "Muitos dos próprios trabalhadores não respeitam o trabalhador como formador. Quando eu terminava alguma palestra, vinham perguntar se eu era formada... nossa, mudavam quando sabiam que eu era trabalhadora" (trabalhadora 2).

Para além das críticas, os trabalhadores também foram mais veementes na formulação de algumas proposições, o que em parte pode ser atribuído ao fato de ter sido possível a utilização de técnicas de pesquisa que oportunizaram um tempo maior e interações mais horizontais para a produção de conhecimento através de grupo focal e da sociopoética⁴. Os trabalhadores entendem que a formação ou assessoria deveria se estabelecer a partir de uma relação democrática. Para tanto, eles trouxeram a necessidade de espaços de discussão aberta com formadores sobre questões pedagógicas, em que trabalhadores pudessem ser ouvidos quanto às suas necessidades de uma formação mais participativa. Eles também desejariam constituir-se em cogestores da formação, participando da definição do foco da formação naquele momento de acordo com sua real necessidade e do método. Além disso, foi cogitada a necessidade de um fórum dos empreendimentos, no qual eles pudessem discutir suas questões e fortalecer sua organização sem uma interferência tão direta de gestores públicos e formadores. Isso contribuiria para a construção de certa autonomia – a qual veem ameaçada em alguns momentos e instâncias – no âmbito do debate sobre a formação para que pudessem enunciar com voz própria suas demandas.

Considerações finais

As trajetórias da educação popular e da economia solidária na América Latina se encontram e se complementam na aspiração libertária por uma sociedade justa e na construção de práticas democráticas e autogestionárias para produzir e para viver.

⁴ Criada pelo filósofo Jacques Gauthier, a Sociopoética visa democratizar o ato de pesquisar, propondo que os pesquisados se tornem copesquisadores através dos seguintes passos: instituição do grupo-pesquisador, no qual cada participante é ativo em todas as etapas; valorização das culturas dominadas e dos saberes populares; formas artísticas de produção de dados, que revelam fontes não conscientes de conhecimento (corpo, emoção, razão e subjetividade) e relações horizontais entre os sujeitos da pesquisa, nas quais os acadêmicos assumem a função de facilitadores.

Esse entrelaçamento se expressa através da afirmação de que a economia solidária, em si, é uma prática pedagógica e um processo contínuo de aprendizagem (Gadotti, 2009) pautado na valorização de saberes populares oriundos de vivências comunitárias e do trabalho associado. Além disso, há um consenso no campo da formação em economia solidária de que a educação popular é a pedagogia compatível com as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Na prática, os processos de formação se desenvolvem em meio a um campo diverso e plural, atravessado por diferentes contextos históricos, concepções e intencionalidades. No Brasil, nos últimos anos, a formação em economia solidária recebeu a influência decisiva da política pública, ao mesmo tempo em que praticamente extinguiu-se o modo de financiamento e incentivo por parte de organismos internacionais, predominante durante décadas. A ação estruturante do Estado na economia solidária é uma conquista cidadã, mas também impõe novos desafios aos atores sociais do campo.

Na pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, evidenciou-se que apenas as entidades que se habilitaram para conveniar com o Governo Federal – ou entidades mais novas já criadas com um formato organizacional para tal – estão de fato desenvolvendo ações de fomento e formação com os empreendimentos. As outras mantiveram atividades de cunho comunitário e de sensibilização através de voluntariado, o que, na opinião de seus representantes, impõe limitações à efetividade do trabalho. Com isso, toda a formação hoje realizada passa pela adequação ao formato dos editais que pré-determinam o tempo de acompanhamento, os conteúdos ou objeto da formação, metodologias, prazos e resultados.

A heterogeneidade de concepções das EAFs acerca da economia solidária também se mostrou como elemento definidor das práticas formativas na medida em que orienta escolhas pedagógicas e prioridades. Tais concepções podem ser compreendidas em um espectro que varia desde uma visão considerada mais pragmática (que suscita a formação de cunho mais técnico-operacional com vistas ao fortalecimento da capacidade produtiva e da ocupação de espaços na disputa pelo mercado capitalista) até uma dita idealista (que privilegia o projeto de sociedade solidária e de relação democráticas).

O método qualitativo também permitiu compreender as expectativas, os sentimentos e os sentidos atribuídos pelos trabalhadores e formadores, evidenciando que as práticas educativas, em muitos casos, permanecem aquém do ideal democrático preconizado pelo movimento da economia solidária e desejado pelos atores sociais envolvidos, tanto devido a condicionantes concretos de estruturação da economia solidária (como projeto contra-hegemônico) e de viabilização da formação (especialmente ligadas aos editais e aos recursos escassos), quanto subjetivos (predomínio de traços históricos de uma cultura política assistencialista e métodos tradicionais).

Tendo presente a contextualização histórica apresentada, seja na perspectiva mais estratégica ou mais política, as concepções e estratégias da formação em si não são compreendidas

como boas nem ruins, visto responderem a diferentes necessidades de uma economia solidária que busca se apresentar como alternativa econômica e política. Importa considerar tais concepções e estratégias na relação com a intencionalidade ético-política subjacente às práticas e que lhes confere sentido, para além de resultados imediatos.

Também no campo da formação, a unanimidade não combina com a aspiração democrática que caracteriza a economia solidária desde seus primórdios. A aprendizagem ocorre na própria contradição entre o predomínio de significados e práticas autoritárias e capitalistas e o desejo de inovar na produção e na educação. Ou seja, o processo contraditório e conflitivo traz um potencial para problematizar, refletir e assumir novas atitudes no que tange à democratização das relações econômicas e pedagógicas e da construção do saber, que se manifesta no campo da formação em economia solidária no interior das práticas da educação popular e das pedagogias autogestionárias.

Inserido nesse espaço de problematizações, a pesquisa permitiu algumas formulações propositivas, em primeiro lugar, com relação aos editais, indicando a necessidade de revê-los, assim como a relação das EAFs para com os mesmos. Os editais viabilizam os processos de formação, mas também limitam a aplicação dos princípios e métodos da educação popular. Repensar os editais não é tarefa simples, pois suscita a necessidade de flexibilizar as normas e, ao mesmo tempo, manter firmes as prerrogativas para o controle social; mas é tarefa necessária.

No entanto, cabe uma última ressalva a esse respeito, a fim de evitar análises maniqueístas ou deterministas: Será que, para além dos condicionantes dos editais, a pedagogia poderá ser alterada se o formador – efetivamente imbuído dos princípios, atitudes e métodos da educação popular – ousar ou continuar ousando na construção de uma relação horizontal e dialógica no tempo e espaço disponíveis? Há como ampliar o espectro de negociações e coconstrução (com os trabalhadores) dos objetivos e métodos da formação? Entre os extremos, entende-se haver espaços para novas formas de recriação das práticas em meios aos contextos históricos dados.

Nesse sentido, a voz dos trabalhadores e a experiência do CFES/Sul reforçaram a necessidade – e também a possibilidade – de reconhecimento do trabalhador como formador, propondo condições concretas de participação nos cursos e de ser um multiplicador. Além disso, membros de empreendimentos afirmaram a necessidade de um espaço específico para discutirem a formação, pois entendem que vem sendo mantida uma hierarquização com relação a pautas estabelecidas por EAFs e universidades no campo da formação. Um espaço de debate mais específico poderia contribuir para a elaboração de suas prioridades, atitudes e saberes, a fim de ampliar sua possibilidade de coconstrução dos processos de formação.

Inovar nas práticas de formação em economia solidária vem de encontro ao instituído, no qual todos os atores sociais envolvidos estão imersos, sendo difícil romper com a hierarquização de saberes e de papéis desempenhados na educação. Tanto para trabalhadores quanto para formadores e gestores públicos,

a heterogeneidade expressa o desafio do exercício da democracia, sempre novo e que precisa se reinventar a cada dia. Não há receitas nem fórmulas; há avanços e também retrocessos, contradições e convergências na construção de significados e práticas democráticas.

Referências

- ADAMS, T. 2010. *Educação e economia popular solidária*. Aparecida/São Paulo, Ideias & Letras, 199 p.
- ARGÜELO, R.S. 2006. Algumas reflexões com relação à vigência e aos desafios da educação popular no contexto da VI assembleia geral do CEAAL. In: P. PONTUAL; T. IRELAND (orgs.), *Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília, Ministério da Educação/UNESCO, p. 225-231.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CONAES). 2006. *Anais da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília, SENAES/MTE, 26 p.
- CRUZ, A.; GUERRA, J.S. 2009. In: S.P. HERBERT; H.H.D. de AZEVEDO; J.F. KIELING; D.R. STRECK (orgs.), *Participação e práticas educativas – a construção coletiva do conhecimento*. São Leopoldo, Oikós, p. 90-105.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). 2008. *IV Plenária nacional de economia solidária: outra economia construindo outros desenvolvimentos*. Brasília, FBES, 89 p.
- FERRARINI, A.V.; VERONESE M.V. 2010. *Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil*. *Otra Economía*, 5(7):131-152.
- FERRARINI, A.V. 2011. Política pública brasileira de formação de formadores de trabalhadores em economia solidária: fundamentos, avanços e desafios. *Otra Economía*, 5(9):185-194.
- FREIRE, P. 1983. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 107 p.
- GADOTTI, M. 2009. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo, Instituto Paulo Freire, 138 p.
- GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (orgs.). 1993. *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo, Cortez, n. 25, 120 p. (Coleção Questões da Nossa Época).
- GAIGER, L.I. 2009. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84:81-99. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.401>
- JARA H. O. 2006. Ressignifiquemos as propostas e práticas de Educação Popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: P. PONTUAL; T. IRELAND (orgs.), *Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília, Ministério da Educação/UNESCO, p. 233-239.
- MARTÍ, J. 2007. *Educação em nossa América: textos selecionados*. Ijuí, Editora Unijuí, 260 p.
- PERICÁS, L.B.; MARIÁTEGUI, J.C. 2010. Educação e cultura na construção do socialismo. In: D.R. STRECK (org.), *Fontes da pedagogia latino-americana: uma ontologia*. Belo Horizonte, Autêntica, p. 247-257.
- RAZETO, L.; KLENNER, A.; RAMIREZ, A.; URMENETA, R. 1990. *Las organizaciones económicas populares 1973-1990*. Santiago, S.R.V. Impresos, 233 p.
- RAZETO, L. 1999. Economia de solidariedade e organização popular. In: M. GADOTTI; F. GUTIÉRREZ (orgs.), *Educação comunitária e economia popular*. 2ª ed., São Paulo, Cortez, p. 34-58.
- RODRÍGUEZ, S. 1975. *Obras completas*. Caracas, Universidad Simón Rodríguez, 201 p.
- SANTOS, B.S. 2000. *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo, Cortez, vol. 1, 415 p.
- SANTOS, B.S. 2003. *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado*. Lisboa, Afrontamento, 775 p.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). 2005. *Oficina nacional de formação/educação em economia solidária: relatório final*. Brasília, SENAES/MTE, 47 p.
- SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). 2007. *Termo de referência para implantação do Centro de Formação em Economia solidária (CFES)*. Brasília, SENAES/MTE, 13 p.
- TORRES, A. 2008. *La educación popular: trayectoria y actualidad*. Bogotá, Editorial El Búho Ltda, 151 p.

Submetido: 30/09/2014
Aceito: 18/05/2015